

Vamos lutar pelos nossos direitos!

Por condições de trabalho, reestruturação da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados e respeito à autonomia universitária



O ano começou com uma mensagem clara do governo federal: em 2014, haverá mais cortes orçamentários com Pessoal, Seguridade e em outras Políticas Sociais. Diante deste dado e da conjuntura que vêm se apresentando desde 2013, inclusive com o acirramento na repressão e criminalização dos movimentos sociais, o 33º Congresso do ANDES-SN deliberou por combinar a luta específica da categoria com a mobilização conjunta dos demais servidores públicos, chancelando os eixos da Campanha Unificada de 2014.

O plano específico para os professores das Instituições Federais, definido pelos delegados do 33º Congresso de São Luís (MA), reafirma a pauta de 2013, destacando as condições de trabalho, reestruturação da carreira docente, valorização salarial de ativos e aposentados e respeito à autonomia

universitária, uma vez que, no ano passado, o governo federal, além de não atender às reivindicações do movimento docente, seguiu aprofundando as distorções na carreira, com a publicação de medida provisória.

Vale lembrar que, em 2012, o governo interrompeu unilateralmente as negociações com os docentes em greve, ignorando a deliberação unânime das assembleias de base, e firmou um simulacro de acordo com uma entidade que não tem legitimidade junto à categoria.

Com um grande chamamento aos docentes das IFE, o 33º Congresso aprovou uma agenda de mobilização, com duas rodadas de assembleias gerais, um dia nacional de paralisação em 19 de março e reunião nacional do setor das Ifes, para discutir a retomada da greve dos docentes, suspensa em 2012, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

AGENDA

► Entre 24 e 28 de fevereiro

~ protocolar a pauta dos docentes das IFE no Ministério da Educação, com cópia para o Ministério do Planejamento (Mpdg), solicitando audiência com o ministro da Educação;

► Entre 10 e 14 de março

~ enviar para as Seções Sindicais edição especial do InformANDES, frente e verso, para mobilização da categoria;

► De 10 a 18 de março

~ rodada de Assembleias Gerais das Seções Sindicais do Setor, para discutir a mobilização da categoria, deliberar sobre a paralisação do dia 19 e atualização da pauta local;

► De 13 a 18 de março

~ indicar às Seções Sindicais que articulem com as demais entidades reuniões/atividades dos Fóruns de Servidores Públicos Federais em seus estados;

► Dia 19 de março

~ Dia Nacional de paralisação dos docentes das IFE com atividades de mobilização;

► Dia 19 de março

~ Ato Público em Brasília;

► Dia 21 de março

~ Reunião ampliada da Coordenação Nacional da CSP-Conlutas, em São Paulo;

► Dia 22 de março

~ Encontro do Espaço de Unidade e Ação, em São Paulo;

► Entre 24 e 28 de março

~ Rodada de Assembleias Gerais das Seções Sindicais do Setor para discussão da retomada da greve, soma de forças com os SPF e indicação de propostas sobre estratégias de luta/negociação;

► Dia 27 de março

~ Propor às demais entidades a realização de reunião do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF;

► Dias 29 e 30 de março

~ Reunião do Setor das Ifes, em Brasília, pautando a retomada da greve dos docentes, a greve unificada e a definição das estratégias de luta e negociação.

19 de MARÇO: DIA DE MOSTRARMOS A NOSSA INDIGNAÇÃO! VAMOS PARAR TODAS AS IFE!

Não faltam motivos para irmos às ruas. Vamos lutar juntos, pois um a mais é muito mais!

VALORIZAÇÃO SALARIAL: A inflação segue derrubando o poder aquisitivo dos salários. Além disso, várias medidas que foram tomadas atingem mais gravemente os aposentados. Basta das maquiagens que o governo federal tem aplicado. É preciso reverter efetivamente esse processo tendo como base o piso, referenciado no salário mínimo proposto pelo Dieese (R\$ R\$ 2.748,22 para janeiro de 2014), gerador do restante da tabela salarial, a partir de parâmetros definidos em lei.

REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA: O governo federal segue impondo a destruição da carreira docente, não assegurando no corpo da lei os parâmetros necessários para constituição de direitos em longo prazo. A composição remuneratória é simplesmente remetida para tabelas anexas nas quais aparecem apenas valores nominais, sem piso, sem lógica de evolução, sem relação entre regimes de trabalho e titulações. A retribuição por titulação foi retirada do corpo do vencimento.

O governo descumpriu os prazos firmados no acordo de 2011, não enfrentou o problema da reestruturação da carreira e desrespeitou a posição de todas as assembleias gerais durante a greve de 2012. Em 2013, prometeu que traria à mesa informações concretas sobre o espaço existente para negociar com o ANDES-SN a estrutura da carreira, mas depois meses de protelação, se esquivou de uma resposta.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: As condições de trabalho, ensino/aprendizagem e permanência estudantil nas Instituições Federais de Ensino continuam precárias. O ano de 2013 foi marcado por inúmeras greves localizadas e ocupações de reitorias, que traziam em suas pautas a necessidade de reversão das situações caóticas. Em diversas partes do país, estudantes,



professores e técnicos administrativos cobravam salas de aulas, laboratórios, bibliotecas, restaurantes universitários, alojamentos, além da contratação de docentes e técnicos para responder às demandas das disciplinas a cada semestre.

O ANDES-SN denunciou o quadro de dificuldades vivenciado nas IFE, por meio da publicação das duas edições da Revista

Dossiê Nacional 3 – Precarização do trabalho docente I e II -, que retratam o estado de abandono e precarização gerado pela expansão desordenada das IFE, por programas como o Reuni e Pronatec, este último que introduz no ensino público federal o grau máximo de precarização da força trabalho docente, com a figura do professor temporário horista.



GARANTIA DE AUTONOMIA: O governo federal mantém o discurso vazio da defesa da autonomia, incentivando a Andifes a avançar na desgastada proposta de uma Lei Orgânica, mas na prática cria uma série de mecanismos por meio de decretos, portarias, instruções normativas e até mesmo projetos de lei que limitam a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, atentando contra o princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, para tentar abrir caminho a condutas e contratos que visam à mercantilização da educação pública e da pesquisa acadêmica. Exemplos mais recentes disso são a implantação do Reuni, das Fundações de Apoio e da Ebserh.

EXPEDIENTE

O Informantes Especial do Setor das Ifes é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor responsável: Luiz Henrique Schuch

Edição, redação e fotos: Renata Maffezoli MTb 37322 // Diagramação: Ronaldo Alves DRT-DF 5103